

**JOSÉ MOURAZ LOPES**  
Juiz de Direito

**GARANTIA JUDICIÁRIA  
NO PROCESSO PENAL  
DO JUIZ E DA INSTRUÇÃO**



**COIMBRA EDITORA**

**2000**

**C**omposição e impressão  
Coimbra Editora, Limitada

ISBN 972-32-0986-1

Depósito Legal n.º 156 644/2000

Novembro de 2000

## ÍNDICE

|                |            |
|----------------|------------|
| PREFÁCIO ..... | Págs.<br>5 |
|----------------|------------|

### PRIMEIRA PARTE

#### DO JUIZ DE INSTRUÇÃO E DOS SEUS ACTOS NO PROCESSO PENAL

|   |    |
|---|----|
| I. Da reforma do Processo Penal .....   | 11 |
| II. Do juiz de instrução.....   | 15 |
| III. O princípio da garantia judiciária .....   | 21 |
| IV. Dos actos jurisdicionais processuais .....  | 29 |
| 1. Dos actos jurisdicionais no inquérito .....  | 29 |
| 1.1. Dos actos em geral.....  | 29 |
| 1.2. Do primeiro interrogatório judicial de arguido detido .....  | 32 |
| 1.3. Das medidas de coacção .....   | 33 |
| 1.3.1. Da prisão preventiva .....   | 33 |
| 1.3.2. Da vigilância electrónica .....  | 34 |
| 1.4. Das apreensões de objectos .....   | 39 |
| 1.5. Da intercepção nas comunicações .....  | 40 |
| 1.6. A prestação de depoimento antecipado   declaração<br>para memória futura — das vítimas de crimes<br>sexuais..... | 44 |
| 2. Do regime da protecção de testemunhas .....  | 46 |
| 3. Da quebra de segredo nos crimes de corrupção.....  | 56 |

|   | Págs. |
|---|-------|
| V. Do controlo judiciário do inquérito.....                 | 65    |
| 1. Do controlo jurisdicional do arquivamento .....          | 65    |
| 2. Da instrução.....  | 68    |
| 3. Da reforma da instrução .....                            | 73    |
| 3.1. Do requerimento da abertura de instrução .....         | 74    |
| 3.2. Do despacho inicial da abertura de instrução .....     | 75    |
| 3.3. Da prova por testemunhas .....                         | 76    |
| 3.4. Do princípio do contraditório .....                    | 79    |
| 3.5. Do debate instrutório.....                             | 81    |
| 3.6. Da alteração da qualificação jurídica dos factos ..... | 82    |
| 3.7. Da suspensão provisória do processo.....               | 84    |
| 3.8. Do relatório social.....                               | 86    |
| 3.9. Do processo abreviado .....                            | 87    |
| 3.10. Dos recursos dos actos de instrução.....              | 89    |
| 3.11. Do segredo de justiça.....                            | 90    |
| VI. Da orgânica judiciária .....                            | 93    |
| 1. Da reforma judiciária .....                              | 93    |
| 2. Dos tribunais de instrução criminal .....                | 96    |
| 3. Do tribunal central de instrução criminal .....          | 99    |

## SEGUNDA PARTE

### O CONTROLO JUDICIÁRIO NA PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO ÂMBITO DA CRIMINALIDADE ECONÓMICA

|  |     |
|--|-----|
| I. Breve caracterização sobre a criminalidade económica .....          | 105 |
| II. Da especificidade da criminalidade económica à sua repressão ..... | 113 |
| III. A resposta institucional portuguesa .....                         | 117 |
| 1. Do quadro legal.....  | 117 |
| 2. Do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Fevereiro.....                   | 120 |
| 2.1. Das entregas controladas.....                                     | 122 |
| 2.2. Da prestação de informações e apresentação de documentos .....    | 123 |

---

|   | Págs. |
|---|-------|
| 3. Da prevenção criminal.....                         | 126   |
| 3.1. Dos agentes encobertos.....                      | 130   |
| 3.2. Das vigilâncias.....                             | 133   |
| IV. Da jurisdicionalização dos actos do processo..... | 137   |
| BIBLIOGRAFIA .....                                    | 143   |